

A dívida preocupa (3)

Na discussão sobre as responsabilidades pela deterioração das contas fiscais, o governo federal tem culpado os estados e municípios. Não é bem assim.

Considerando o déficit operacional (que desconta o efeito inflacionário), houve uma forte e preocupante deterioração das contas fiscais, equivalente a 6,7% do Produto Interno Bruto (PIB), entre dezembro de 1994 e fevereiro deste ano. A conta saiu de um superávit de 1,3% do PIB para um déficit de 5,4%. De quem foi a responsabilidade?

A maior culpa foi do próprio governo federal, que piorou suas contas em 3,7% do PIB neste período. Vieram depois os estados e municípios com uma piora de 2% e as estatais, com apenas 1%. Isso não quer dizer que a situação dos estados e municípios não preocupe. Ao contrário, o estoque de sua dívida é recorde, como indicam dados de um estudo dos economistas Alberto Furuguen, Satossi Abe e Luís Pamplona Pessoa, para o Banco Garantia (que eu examinei também nas duas colunas anteriores).

Sua dívida, medida em dólares, chegou ao pico de 12,9% do PIB no final do ano passado. É o dobro do que era em 1991 (6,3% do PIB). Durante a década de 80, ela oscilou entre 5% e 7% do PIB. A dívida bruta dos estados chegou a US\$ 79 bilhões em dezembro de 1996, dos quais 42% em títulos (dívida mobiliária), 49% em contratos e garantias, 6% em dívida externa e 3% em dívidas bancárias (AROs). A trajetória da dívida mobiliária foi explosiva: passou de 2% do PIB, em 1991, para 6%, em 1995, com 92% do total concentrado em São Paulo, Minas, Rio e Rio Grande do Sul.

Pouco antes do Plano Real (junho de 1994), o BC trocou a maior parte dos papéis estaduais pelos seus, temporariamente, para serem usados como lastro a um custo menor. Os estados pagam o serviço e, teoricamente, serão responsáveis pelo principal.

Não há, contudo, garantias e a dívida mobiliária estadual está crescendo, hoje, a 50% ao ano. O total já chegou, em fevereiro, a R\$ 37 bilhões, e fica difícil imaginar que ela não acabará absorvida pelo governo federal.

A pior situação, de longe, é a do estado de São Paulo, com uma dívida bruta de US\$ 49 bilhões, equivalente a 35% do seu PIB. Parte desta dívida estadual, como lembra o estudo, está sendo empurrada para o governo federal, o que cria um risco adicional. Enquanto os estados têm limites naturais por não poderem emitir, o governo federal pode emitir moeda ou títulos.

A trajetória da dívida líquida do governo federal foi diferente. Desde 1982, quando era de 10% do PIB, ela subiu sem parar até 23% em 1989.

O confisco financeiro e o calote do Plano Collor fizeram o estoque da dívida cair para 14% do PIB em 1990 e continuar a cair, em função da redução de seu custo, até 9% em 1993. Desde então, ela deu um salto para 15,9% do PIB no ano passado.

A terceira fatia da dívida pública é das empresas estatais. Em 1982, elas tinham uma dívida líquida equivalente a 20% do PIB. Ela manteve-se neste patamar até 1986 e, desde então, vem caindo. No ano passado, a dívida foi de apenas 8% do PIB.

Esta melhora sensível na posição de endividamento das estatais deveu-se, segundo o trabalho, a conjugação de três fatores: preços alinhados, tarifas realistas e privatização. Privatizar reduz o estoque da dívida pública. Como a dívida total das estatais era de US\$ 46,5 bilhões no final de 1995, se, teoricamente, o governo doasse todas suas empresas, em todos os níveis, a dívida pública cairia nesta proporção. Supondo que as estatais fossem vendidas por US\$ 30 bilhões, a dívida pública poderia ser abatida em US\$ 76 bilhões, ou 36% do total.

É claro que nem todas as estatais serão vendidas e estes números são apenas exercícios teóricos. O argumento do trabalho, de todo modo, é que a privatização pode ser um instrumento decisivo nos próximos anos para impedir que a dívida líquida global do setor público cresça demais e "nos leve novamente a uma situação como a que estimulou a formulação do Plano Collor". Ou seja, ao calote.